



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP  
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE  
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**CONSULTA PRÉVIA N.º PR2025323/719**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS**



## PARTE I

### CLÁUSULAS JURÍDICAS

#### Artigo 1.º - Objeto

1. O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição de serviços de transporte de equipamentos e materiais para o Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto, de acordo com as especificações técnicas descritas na parte II deste caderno de encargos, sendo adotado o procedimento de Consulta Prévia ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (adiante designado por CCP).
2. A execução de serviços de transporte não poderá ter uma duração superior a **360 horas**, e os serviços só serão realizados quando solicitados.
3. O preço base unitário (valor máximo a pagar) pela execução do objeto do contrato a celebrar é fixado em **55,00€/Hora**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

#### Artigo 2º - Prazo de Execução

1. A execução do serviço tem início na data de celebração/assinatura do contrato e termina em 31 de dezembro de 2025, ou quando for atingido o preço contratual.
2. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão do serviço em conformidade com os respetivos termos e condições previstos neste Caderno de Encargos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### Artigo 3º - Condições de Pagamento

1. Para efeitos de pagamento, o adjudicatário deve apresentar à entidade adjudicante a correspondente fatura com antecedência de 30 (trinta) dias em relação à data do respetivo vencimento.
2. A fatura correspondente deverá ser emitida em nome do IEFP, I.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto, com o NIPC 501442600 e remetida via Portal FE-AP (fatura eletrónica para a administração pública) – [www.fe-ap.gov.pt](http://www.fe-ap.gov.pt), ou poderá revestir a forma eletrónica, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados para o endereço oportunamente indicado, com todos os elementos descritos no artigo 299º-B do Decreto-Lei n.º 18/2018 de 29 de janeiro, na sua redação atual.
3. O pagamento do valor contratual será efetuado ao longo do contrato, mediante a apresentação da respetiva fatura com a descrição dos serviços efetuados.
4. Não sendo observado o prazo estabelecido no n.º 1 deste artigo, considera-se que a respetiva fatura só se vence nos 30 (trinta) dias subsequentes à apresentação.



5. Na eventualidade do não cumprimento do prazo referido no número anterior, aplicar-se-á Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, que estabelece a obrigatoriedade do pagamento de juros de mora, calculados à taxa legal em vigor.
6. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta da execução do serviço a executar.
7. O pagamento das faturas depende do conhecimento da situação tributária e contributiva do adjudicatário, devendo este durante o período de vigência da execução do serviço deter a situação contributiva face à Segurança Social e Finanças regularizada.
8. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida e /ou nota de crédito.
9. O Adjudicatário poderá formular reservas à retificação, notificando o IEFP,I.P. nos 10 dias úteis subsequentes ao conhecimento daquela.
10. Findo o prazo sem que o adjudicatário tenha reclamado, o IEFP,I.P. assumirá o silêncio como consentimento e exigirá a substituição da fatura ou crédito a que houver lugar.
11. Por seu turno, o IEFP,I.P. obriga-se a dar resposta às reclamações do adjudicatário, a que se refere o n.º 7, em prazo idêntico.
12. Em caso de desacordo sobre o montante indicado nas faturas, o IEFP,I.P. efetuará o pagamento relativo ao montante que entende aceitar, sem prejuízo de acerto posterior.

#### **Artigo 4º - Obrigação de Sigilo**

O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

#### **Artigo 5º - Cessão da Posição Contratual e Subcontratação**

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
3. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
4. O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.



### **Artigo 6º - Casos Fortuitos ou de Força Maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

### **Artigo 7º - Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos:
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
  - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O caderno de encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem que vêm enunciados no número anterior.
4. O adjudicatário obriga-se a entregar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de **2 dias** úteis após a notificação de adjudicação:
  - Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II deste ofício-convite e assinada [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP] e do qual faz parte integrante;
  - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
  - Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo com indicação do respetivo código de acesso, para cumprimento do disposto no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;



5. Nos termos do n.º 2 do art.º 85.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
6. Quando se verificar o previsto no n.º 2 do artigo 86.º do CCP, o Adjudicatário será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
7. Quando em resultado da audiência prévia referida no número anterior se verificar o previsto no n.º 3 do artigo 86º do CCP (facto não imputável ao Adjudicatário), o órgão competente para a decisão de contratar poderá conceder ao adjudicatário um prazo adicional de 5 (cinco dias) para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
8. O adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato, no prazo de **2 dias úteis** após a notificação de adjudicação, nomeadamente:
  - Indicação do(s) representante(s) do Segundo Outorgante;
  - Declaração de delegação de competências para representação do adjudicatário na outorga do contrato, caso se verifique essa necessidade.

#### **Artigo 8º - Interpretação do contrato**

1. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis à execução do contrato, o adjudicatário deve solicitar esclarecimentos, por escrito, e por meios eletrónicos, à entidade contratante.
2. O adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução do contrato, as orientações que lhe forem transmitidas por escrito pela entidade adjudicante, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do contrato.

#### **Artigo 9º - Despesas**

Correm por conta do adjudicatário todas e quaisquer despesas, nomeadamente, os consumíveis, as de deslocação e estadia, em que este haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emirjam do presente caderno de encargos e do contrato.

#### **Artigo 10º - Rescisão do contrato**

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.



#### **Artigo 11º - Responsabilidade do Adjudicatário**

1. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade contratante em razão do incumprimento culposos das obrigações que sobre ele impendam.
2. O adjudicatário responde ainda perante a entidade contratante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.

#### **Artigo 12º - Gestor do Contrato**

O gestor do contrato, nos termos previstos do art.º 290º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29/01, na sua redação atual, será devidamente indicado no contrato a celebrar.

#### **Artigo 13º - Dados Pessoais**

3. Os Outorgantes comprometem-se a respeitar o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor e demais legislações nacionais aplicáveis aos dados pessoais.
4. O Primeiro Outorgante enquanto responsável pelo tratamento dos dados fornecidos, informa que os mesmos serão utilizados para garantir a adequada execução do contrato, nomeadamente identificação do Segundo Outorgante e faturação ao abrigo do Código dos contratos Públicos.
5. Os dados pessoais fornecidos serão conservados apenas durante o período de execução do contrato, podendo ser mantidos de acordo com as exigências legais inerentes à finalidade do tratamento para que foram recolhidos.

#### **Artigo 14º - Prevalência**

1. Fazem parte integrante da relação contratual o Caderno de Encargos e a Proposta do Adjudicatário.
2. Em caso de dúvida prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e, em último lugar, a proposta do adjudicatário.

#### **Artigo 15º - Legislação Aplicável**

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente caderno de encargos e nas demais regulamentações do procedimento e do contrato aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislações aplicáveis.

#### **Artigo 16º - Foro Competente**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.



## **TERMOS DE REFERÊNCIA**

### **PARTE II**

#### **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

##### **Artigo 17º - Objeto e Caracterização do Serviço**

1. O contrato a celebrar tem com objeto a aquisição de serviços de transporte de equipamentos e materiais, compreendem o transporte de mobiliário, equipamentos, materiais, e nos casos em que tal se mostre necessário, incluem a desmontagem e montagem dos bens a transportar, tanto no local de levantamento dos bens, como no local de destino acordado.
2. Os bens móveis poderão encontrar-se nas instalações dos serviços do Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto, ou em outras instalações à mesma afetas, desde que localizadas em território continental.
3. O adjudicatário define a estrutura da equipa a afetar, e o modo da sua intervenção, em função dos serviços pretendidos, a base desta prestação compreende a utilização de uma carrinha e dois funcionários.
4. Em todos os serviços de transporte e mudanças de bens móveis será obrigatoriamente preenchida uma folha de serviço, que deverá conter a data e a hora em que se inicia o serviço e a hora final do mesmo, com indicação dos meios utilizados.
5. A folha de serviço identificada no ponto anterior deverá obrigatoriamente ser rubricada pelo gestor de contrato.
6. O agendamento do serviço de transporte e mudanças será efetuado pelo gestor de contrato.
7. A entidade adjudicante garantirá o acesso às instalações que são necessárias para a execução da prestação de serviços.

##### **Artigo 18º - Local de Execução dos Serviços**

Os serviços serão executados nas instalações do Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto:

- Rua Peso da Régua, 4300-409 Porto,
- Rua Guedes de Azevedo, n.º 212, 4049-008 Porto,
- Rua Ciríaco Cardoso, 180 – 4150-212 Porto,
- Outros locais não especificados onde decorra formação ministrada pelo Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto.



### **Artigo 19º - Horário de Prestação dos Serviços**

A execução dos serviços será efetuada em dias a combinar, entre as 09:00 horas e as 22:00 horas.

### **Artigo 20º - Obrigações do Adjudicatário**

O adjudicatário obriga-se a:

- a) Executar o serviço que aceita nos termos do contrato, de forma a assegurar à entidade adjudicante a prossecução dos objetivos pretendidos;
- b) Assegurar a todo momento o circuito de comunicação atualizada e informar a entidade adjudicante sobre o estado em que se encontra o andamento do serviço em curso, sempre que isso lhe seja solicitado;
- c) Manter absoluta confidencialidade no que concerne aos elementos e documentos colocados à sua disposição pela entidade adjudicante.

### **Artigo 21º - Perfil do Pessoal**

- 1. O adjudicatário obriga-se a ter ao seu serviço, pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional.
- 2. A entidade adjudicante reserva o direito de exigir a substituição de qualquer membro da equipa do prestador de serviços, que no seu entender, não cumpra as especificações resultantes da celebração do presente contrato, não ofereça garantia de aptidão técnica ou venha a revelar-se indisciplinado, conflituoso ou desrespeitador dos regulamentos internos do instituto.

### **Artigo 22º - Identificação do Pessoal**

O pessoal deve estar permanentemente munido de credencial ou outro documento de identificação, emitido pelo adjudicatário.

### **Artigo 23º - Pagamentos ao Pessoal**

Os pagamentos ao pessoal são efetuados pelo adjudicatário.

### **Artigo 24º - Seguros do Pessoal**

O adjudicatário obriga-se a efetuar e manter o seu pessoal seguro contra acidentes de trabalho e com seguro de responsabilidade civil, informando o IEFP, sempre que solicitado, dos números das respetivas apólices.

### **Artigo 25º - Contratos do Pessoal**

Findo o contrato, por caducidade ou rescisão, o destino do pessoal e as consequências emergentes dos contratos de trabalho celebrados são da responsabilidade do adjudicatário.





INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP  
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE  
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

#### **Artigo 26º - Guarda e Utilização das Instalações e do Equipamento**

1. O adjudicatário é responsável pela correta utilização das instalações e equipamentos que lhe forem confiadas, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido, respeitando as instruções de utilização e/ou funcionamento ou as que lhe sejam dadas pelo IEFP, IP, bem como, e em especial, as regras de segurança aplicáveis.
2. No termo do contrato, o adjudicatário obriga-se a devolver os bens que lhe tenham sido confiados, em perfeito estado de utilização.

#### **Artigo 27º - Dever de Colaboração**

O IEFP obriga-se a colaborar com o adjudicatário nas soluções e na obtenção dos meios necessários ao correto desempenho dos serviços de manutenção e ao cumprimento da legislação de trabalho.